

O DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO COMO UMA ALTERNATIVA PARA O PARADIGMA CAPITALISTA: A EXPERIÊNCIA DO PDRI

Gilcindo de Castro Corrêa Neto

Graduação em Ciências Econômicas. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Câmpus Pato Branco. E-mail: gcorrea@pr.sebrae.com.br

Marcos Junior Marini

Graduação em Processamento de Dados. Mestrado em Informática. Doutorado em Tecnologia. Atualmente é professor do curso de Engenharia Elétrica e do Mestrado em Desenvolvimento Regional, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Câmpus Pato Branco. E-mail: marini@utfpr.edu.br

Nilvania Aparecida de Mello

Graduação e Mestrado em Agronomia. Doutorado em Ciência do Solo. Pos-doutorado em Filosofia da Ciência. Atualmente é professora do curso de Engenharia e do Mestrado em Desenvolvimento Regional, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Câmpus Pato Branco. E-mail: nilvania@utfpr.edu.br

Resumo

Considerando a sua histórica capacidade de se reestruturar, o capitalismo atrelado ao fenômeno da globalização chegou ao terceiro milênio necessitando reajustar-se novamente. As consequências ambientais e sociais provocadas por um processo secular de acumulação de capital, o qual privilegiou, sobretudo, a produção e o consumo, tornaram-se a principal pressão pela mudança do paradigma dominante. O objetivo deste artigo é demonstrar como o desenvolvimento endógeno, através da articulação de atores locais, consegue viabilizar estratégias e projetos regionais integrados de forma sustentável, ao mesmo tempo, que se coloca como importante alternativa de ajuste para o modelo capitalista. Como exemplificação desta estratégia de desenvolvimento, destaca-se o Plano de Desenvolvimento Regional Integrado do Sudoeste do Paraná (PDRI), o qual demonstra o importante papel do protagonismo endógeno, baseado na organização dos atores locais para a busca conjunta de alternativas que possibilitem o desenvolvimento local/regional.

Palavras-chave: Desenvolvimento Endógeno. Paradigma Capitalista. Articulação de Atores. Sudoeste do Paraná. PDRI.

Abstract

Considering its historical capacity to restructure, capitalism linked to the phenomenon of globalization reached the third millennium and needed to be readjusted again. The environmental and social consequences brought about by a secular process of capital accumulation, which mainly focused on production and consumption, became the main pressure to change the dominant paradigm. The objective of this article is to demonstrate how the endogenous development, through the articulation of local actors, achieves viable regional strategies and projects that are integrated in a sustainable way, while at the same time, it becomes an important alternative of adjustment for the capitalist model. As an example of this development strategy, the Integrated Regional Development Plan of the Southwest of Paraná (PDRI) stands out, which demonstrates the important role of endogenous protagonism, based on the organization of local actors to search for alternatives that make possible the development Local / regional.

Keywords: Endogenous Development. Capitalist Paradigm. Articulation of Actors. Southwest of Paraná. PDRI.

1 INTRODUÇÃO

A história provou que o capitalismo possui uma grande capacidade de adaptação no enfrentamento de crises econômicas de amplitude mundial. Porém, atualmente, aliado com a dinâmica da globalização, o processo de produção e consumo, como principal meio da acumulação de capital, foi acelerado de forma insustentável, gerando degradação ambiental e desequilíbrios sociais observados em vários cantos do planeta. Desta vez, a pressão pelo ajuste apela para a introdução do fator “sustentabilidade” nesse modelo.

Ao abordar os aspectos positivos e negativos da globalização, o professor Paul Singer (1997) salienta que atualmente, todos os países estão envolvidos nas discussões sobre a repartição das causas e consequências do referido fenômeno, onde, por um lado, liberais tentam se empenhar em defender os benefícios, e de outro lado, socialistas, populistas e nacionalistas, que levantam os malefícios da globalização, como exclusão social e econômica, porém sem apresentar uma alternativa viável (SINGER, 1997, p. 63).

Leff (2011) descreve a crise ambiental como um limite no real, que reorienta a história, quanto aos limites do crescimento econômico; do crescimento populacional; dos desequilíbrios ecológicos; das capacidades de sustentação da vida; das desigualdades sociais e da pobreza

É preciso planejar o desenvolvimento além do mero crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), incluindo as questões do aumento dos níveis de bem-estar social e a redução das desigualdades socioeconômicas. A desintegração social, alimentada pelas desigualdades sociais, políticas e ambientais, é uma das principais causas da insustentabilidade dos modelos atuais de desenvolvimento (GUIMARÃES, 2008).

Contribuindo com este debate, Sen (1986, p.202), salienta que: “(...) o homem puramente econômico é quase um retardado mental do ponto de vista social. A teoria econômica trabalhou muito esse tonto racional refestelado na comodidade de seu ordenamento único de preferências para todos os propósitos”

Albagli (2004), ao tratar da questão da territorialidade no contexto do desenvolvimento local sustentável, considera que os efeitos da globalização em termos das transformações tecnológicas da produção, acabaram por revalorizar o território como fator dinâmico na melhoria da competitividade.

As formas locais de convivência social de um território acabam gerando “contra racionalidades” que não são capazes de se subordinar às racionalidades dominantes da globalização e acabam transformando-se em novas racionalidades, através de um processo de adaptação criativa (SANTOS, 2009).

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é demonstrar o importante papel do protagonismo endógeno, baseado na organização de atores que constituem o capital social local, que, através de um olhar integrado e multidisciplinar, procura trabalhar com a complexidade dos diversos aspectos envolvidos em favor do desenvolvimento sustentável de uma região, ao mesmo tempo que contribui como alternativa aos efeitos negativos do capitalismo global.

Como encaminhamento metodológico, o presente artigo adota o método de estudo de caso, com a utilização da técnica de pesquisa documental, baseada em uma análise qualitativa de fonte secundária, por meio da análise do Plano de Desenvolvimento Regional Integrado (PDRI) do Sudoeste do Paraná.

Nesse sentido, apresenta-se o modelo do Plano de Desenvolvimento Regional Integrado do Sudoeste do Paraná (PDRI), como exemplo de articulação local em prol do desenvolvimento sustentável do sudoeste paranaense.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 CRISE DO PARADIGMA DOMINANTE

A humanidade atravessa um momento histórico comparável ao período da Renascença, onde uma grande onda de descobertas e novas ideias se alastrou pela Europa do século XIV. Porém, na atualidade o movimento é globalizado e está pressionando por inovações no campo do pensamento científico, dos métodos de pesquisa e educação, o que “apela por novos paradigmas” (RAYNAUT, 2004).

Sobre esta questão, Boisier (1996) faz a seguinte análise:

A velocidade da mudança no mundo contemporâneo afeta não apenas a esfera material; também é afetada a esfera das ideias e conceitos, ou — em termos mais gerais — o próprio conhecimento e os paradigmas que o fundamentam. De fato, não é somente o conhecimento acumulado pela humanidade que duplica em lapsos de tempo cada vez menores; ao mesmo tempo, uma parte deste se torna obsoleta e deixa de ter utilidade sob o ponto de vista explicativo e normativo (BOISIER, 1996, p. 112).

Thomas Kuhn (1991, p.13) define: “paradigmas são as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”.

O mesmo autor sintetiza o conceito conforme a sua forma circular: “um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma”, (KUHN, 1991, p. 219).

As Ciências se desenvolvem conforme o contexto histórico e cultural de seu tempo, e produz novas realidades e fatos que podem provocar rupturas epistemológicas. Essas rupturas resultam na substituição de paradigmas, ou seja, o aparecimento de uma nova realidade cultural, que não significa retroceder à fase anterior. Quando o modelo paradigmático não consegue mais explicar as anomalias, a teoria vigente não responde a solução do problema, sendo necessária sua substituição. A chamada ação revolucionária, ou substituição do paradigma, acaba assentando, por parte das Ciências, uma nova corrente epistemológica, baseada em uma nova visão de mundo. Esta questão fica clara no exemplo da revolução atribuída à Copérnico sobre o modelo proposto anteriormente por Ptolomeu (KUHN, 1991).

Este autor observa o seguinte: “Quando a comunidade científica repudia um antigo paradigma, renuncia simultaneamente à maioria dos livros e artigos que o corporificam, deixando de considerá-los como objeto adequado ao escrutínio científico” (KUHN, 1991, p. 209).

Santos (2005) e Escobar (2005), enfatizam que o paradigma dominante imposto pelo processo da globalização capitalista, sofrerá uma ruptura na medida que incorporar os saberes locais ao conhecimento científico formal, estabelecendo assim um novo paradigma emergente, que seria a base para a ciência pós-moderna.

O sistema financeiro mundial também percebeu a necessidade de mudança, a partir dos efeitos econômicos transnacionais observados a partir da crise de 2008.

A causa dessa crise foi a própria lógica capitalista, baseada na incessante busca pelo lucro, vinculada à globalização (HOUTART, 2011). Porém, na opinião de Haddad (2011), essa última crise do capital financeiro mundial, revelou a necessidade de um novo paradigma que poderia estar vinculado à uma nova onda de inovações tecnológicas.

Nos anos 1990 iniciou-se a “Era da Informação”, coincidindo com o período da chamada “Quinta Onda” de Schumpeter, que está baseada em dois elementos fundamentais: a internet e a globalização. As redes digitais, *softwares* e novas mídias, deverão proporcionar um novo ciclo da economia mundial até 2020 (CHIAVENATO, 2003).

Ainda nesta questão, Schwab (2016), afirma que a “quarta revolução industrial” já começou e tem um nome: Indústria 4.0. Uma revolução digital baseada na integração de tecnologias de informação com inteligência artificial, automação, internet móvel, nanotecnologia e “*machine learning*” (robôs e computadores auto programáveis), tudo para aumentar a produtividade industrial. Essa revolução é diferente das anteriores porque vai além das rupturas tecnológicas já absorvidas pela indústria, uma vez que o potencial gerador de inovação e de conhecimento científico é muito mais rápido, além de promover grande integração entre disciplinas de áreas diferentes da ciência física, biológica e digital. Por outro lado, Schwab adverte sobre as profundas mudanças globais previstas para os próximos 20 anos e seus impactos diretos sobre o mercado de trabalho, que poderão gerar exclusão social.

O capitalismo com o auxílio da técnica, sempre acabou saindo ainda mais fortalecido de crises econômicas sistêmicas. Também é notório que o sistema capitalista alinhado com o processo de globalização, trouxe muitos benefícios para a humanidade, principalmente, nas áreas da tecnologia da informação, do conhecimento e mobilidade. Porém, também gerou graves problemas sociais e ambientais, consequência da disseminação de uma cultura baseada essencialmente na expansão da produção e do consumo. O processo de globalização é “simultaneamente, geradora de mobilidade e de desigualdades sociais. A globalização parece ser antiglobalização” (SANTOS, 2006, p.151).

Em sua obra, desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado, Sachs (2004), procura explicar a diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento, afirmando que não são sinônimos e que privilegiar apenas o primeiro, pode resultar em uma competição deturpada que aumenta o desemprego, incrementa as desigualdades sociais e destrói a força de trabalho e os recursos naturais.

Portanto, enxergar o desenvolvimento através da ótica puramente economicista, parece representar a principal “anomalia” que contribui para alimentara pressão de ruptura do paradigma dominante. É necessário que o estudo da economia recupere o verdadeiro sentido etimológico da palavra grega *Oikonomia*, que significa “administrar a casa”. A economia como ciência social, deveria voltar-se para as origens do seu próprio conceito, ou seja, busca a forma mais equilibrada de distribuição da riqueza, através do estudo do complexo problema: recursos escassos do planeta X necessidades ilimitadas do ser humano (GUIMARÃES, 2008).

2.2 COMPLEXIDADE E INTERDISCIPLINARIDADE

A palavra desenvolvimento significa desenrolar-se para progredir (em espanhol, *desarrollo*), ou seja, desbaratar um emaranhado de grande complexidade que deve compreender a somatória de aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais (SACHS, 2004).

Para Morin (2002), o problema da complexidade não reside na completude, mas da incompletude do conhecimento e acrescenta o seguinte:

Por exemplo, se tentarmos pensar no fato de que somos seres ao mesmo tempo físicos, biológicos, sociais, culturais, psíquicos e espirituais, é evidente que a complexidade é aquilo que tenta conceber a articulação, a identidade e a diferença de todos esses aspectos, enquanto o pensamento simplificante separa esses diferentes aspectos, ou unifica-os por uma redução mutilante (MORIN, 2002, p. 176).

A complexidade tende para o conhecimento multidimensional, uma vez que procura juntar e articular aquilo que foi separado “pelos cortes entre disciplinas, entre categorias cognitivas e entre tipos de conhecimento” (MORIN, 2002).

O desafio da complexidade trata-se da “*unitas multiplex*”, ou seja, da capacidade de pensar o real como um todo, na sua unidade e multiplicidade. É urgente a construção de uma epistemologia que consiga quebrar as barreiras disciplinares, que seja realmente multidimensional e transdisciplinar ao mesmo tempo (MORIN, 2002).

Como pode-se observar, “totalidade” e “complexidade” são termos que estão intimamente ligados à interdisciplinaridade. Neste sentido, ressalta-se que “o mundo real, na sua essência, é total. Ele é feito de interações múltiplas e complexas entre os muitos elementos que o compõem, não conhecendo ou admitindo fronteiras estanques” (RAYNAUT, 2004, p. 25).

O estudo e o planejamento do desenvolvimento sustentável, por conter uma grande complexidade de aspectos, que imbrica questões como produção, escassez de recursos, degradação ambiental, sistemas naturais, sistemas artificializados, saberes teóricos, consumo, sonhos, aspirações, relações sociais, etc., acaba criando, conforme o modelo heurístico de Raynaut (2004) uma “realidade híbrida”, que só pode ser esclarecida através da colaboração entre as ciências da materialidade e as ciências humanas. Sendo assim, essa necessidade de compartilhamento de conhecimento entre profissionais oriundos de formação disciplinar tão diversa, exige o respeito mútuo, como pré-requisito, além do desejo da colaboração conjunta: “Passar de um quadro conceitual geral para uma prática concreta de pesquisa interdisciplinar não deixa de constituir um desafio metodológico. A interdisciplinaridade não é decretada, ela se constrói” (RAYNAUT, 2004, p. 31).

Enrique Leff (2011), ao tratar da questão da crise ambiental, levanta o que chama de “problema do conhecimento”, que só pode ser equacionado de forma satisfatória, entendendo-se a complexidade ambiental, através da interdisciplinaridade:

A complexidade ambiental inaugura uma nova reflexão sobre a natureza do ser, do saber e do conhecer, sobre a hibridação de conhecimentos na interdisciplinaridade e na transdisciplinaridade; sobre o diálogo de saberes e a inserção da subjetividade, dos valores e dos interesses nas tomadas de decisão e nas estratégias de apropriação da natureza (LEFF, 2011, p.195)

Nesse contexto, pode-se depreender que o planejamento do desenvolvimento sustentável, não deve ficar condicionado apenas ao estudo de uma ou outra disciplina, mas deve sim, ter a participação colaborativa de diversas áreas do conhecimento, seja das ciências naturais, exatas e sociais.

2.3 DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

O desenvolvimento é considerado endógeno, quando possui profunda relação com a cultura e os valores locais. Este processo interno se desenrola em quatro planos: (1) no plano político, onde se identificam as capacidades regionais de tomada de decisões, negociação, planejamento e execução de políticas públicas; (2) no plano econômico, capacidade de reinvestimento de parte do excedente para diversificação da economia regional de forma sustentável no longo prazo; (3) no plano científico e tecnológico e (4) no plano da cultura, valorizando as relações sociais e a identidade territorial (BOISIER, 1993).

Amaral Filho (2001), em seu artigo “A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico e Local”, descreve o conceito de desenvolvimento endógeno, como segue:

Do ponto de vista regional, o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico que implica uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região (AMARAL FILHO, 2001; p. 262).

Os fatores da “endogeneização”, não necessariamente, estariam centralizados no interior da região, mas o que impacta efetivamente são as retenções que são agregadas na localidade, através de suas atividades propulsoras, principalmente a acumulação do excedente de capital, de conhecimentos e inovações tecnológicas que são revertidos para o crescimento e melhoria da produção (AMARAL FILHO, 2001).

Em seus estudos sobre globalização, ambiente e sustentabilidade do desenvolvimento, Leff (2011), procura refletir sobre o desafio da articulação entre as economias locais com a economia nacional ou mundial e salienta sobre a importância da preservação das identidades étnicas, culturais e ecológicas. Para este autor, o crescimento econômico depende cada vez mais de fatores exógenos, porém, os fatores endógenos possuem extrema importância no processo de desenvolvimento dos sistemas locais (LEFF, 2011).

Neste debate, Marshall (1890) é considerado o principal responsável pelos conceitos sobre as vantagens geradas por uma aglomeração industrial concentrada em uma região específica, argumentava que essas vantagens são traduzidas em “economias internas” e “economias externas” ou “externalidades”.

Economias internas são os ganhos de escala de produção, obtidos internamente na empresa, através da redução de custos, melhoria de processos, etc. As economias externas ou externalidades, são vantagens locais geradas fora das empresas, mas que são apropriadas por estas. Conforme Suzigan *et al.* (2003, p. 3):

São também chamadas de economias externas marshallianas, incluem vantagens decorrentes: (1) da existência de um denso mercado local de mão-de-obra especializada; (2) das facilidades de acesso a fornecedores de matérias-primas, componentes, insumos e serviços especializados, e muitas vezes, também de máquinas e equipamentos, e (3) da maior disseminação local de conhecimento especializado que permitem rápidos processos de aprendizado, criatividade e inovação.

A teoria das economias externas relativas a aglomeração de produtores, partiram das experiências de Alfred Marshall, sobre os distritos industriais ingleses no século XIX, especificamente as cutelarias da região de Sheffield. Nesta direção, “utilizando o conceito de retornos crescentes de escala, Marshall mostrou que as firmas aglomeradas são capazes de se apropriarem de economias externas geradas pela concentração dos produtores” (GARCIA, 2006, p. 302).

Marshall (1890) aponta três tipos básicos de economias externas oriundas da especialização dos agentes produtivos concentrados geograficamente: (1) disponibilidade de mão-de-obra qualificada e especializada nos setores industriais locais; (2) existência na região, de fornecedores de matérias-primas, insumos, bens de capital e serviços; (3) possibilidades de transbordamentos (*spill-overs*) tecnológicos de conhecimento (GARCIA, 2006).

Neste debate, é importante ressaltar que nos anos 1970, experiências de sucesso, tais como os distritos da chamada Terceira Itália, do Vale do Silício nos Estados Unidos e, de Baden-Wurttemberg na Alemanha, reacenderam o interesse pelos estudos relativos às vantagens competitivas e inovadoras locais (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

Neo-schumpeterianos como Arrow (1962), Uzawa (1965), Shell (1967), Romer (1986) e Lucas (1988), relacionavam as mudanças tecnológicas ao crescimento endógeno e defendiam a inovação tecnológica como promotora do desenvolvimento econômico, levando em consideração a importância dos “transbordamentos” de conhecimento (VARELLA; MEDEIROS; SILVA JUNIOR, 2012).

Seguindo a corrente teórica dos Distritos Industriais Italianos de Becattini (1989), Putnam (1996) e Schmitz (1997), também estudaram o caso da chamada “Terceira Itália” e puderam observar que as aglomerações produtivas tradicionais de pequenas e médias empresas se destacavam naquela região, devido à valorização territorial e pela sinergia local entre capital social e ações conjuntas.

Krugman (1998), considerado o principal expoente da Nova Geografia Econômica (NGE), analisou a estrutura espacial da economia, através das forças centrípetas da aglomeração local, ou seja, os fatores que atraem as empresas e forças centrífugas que repelem as empresas dos locais produtivos (GARCIA, 2006).

Porter (1998), na corrente da Escola de Harvard, trata das vantagens comparativas locais, produzidas através da dinâmica do seu “diamante competitivo”, que procura utilizar a própria rivalidade concorrencial para promover ganhos de competitividade para os atores dos chamados “clusters”, nome dado para as estruturas produtivas concentradas geograficamente (GARCIA, 2006).

No Brasil, essas aglomerações produtivas concentradas geograficamente são conhecidas pela denominação de Arranjos Produtivos locais (APLs). Porém, segundo Marini *et al.* (2012), a efetiva caracterização de um sistema produtivo como Arranjo Produtivo Local ou *cluster*, está necessariamente vinculada com o nível de sinergia entre capital social, ações conjuntas e governança:

De forma geral, a promoção destes arranjos produtivos necessita da articulação dos diversos atores ou agentes locais, influenciados pelos aspectos sociais, culturais, econômicos, ambientais, espaciais, políticos, institucionais, presentes naquele território, para uma busca sinérgica da vantagem competitiva e da eficiência coletiva (MARINI *et al.*, 2012, p. 5).

Diante do exposto, destaca-se que o protagonismo regional de uma sociedade organizada que valoriza o seu território, através da articulação de atores locais para a construção de um projeto político coletivo, tem como resultado o desenvolvimento endógeno (BOISIER, 1996).

3. ARTICULAÇÃO ENDÓGENA NO SUDOESTE DO PARANÁ: A EXPERIÊNCIA DO PDRI

Com a intenção de contribuir com os referenciais teóricos discutidos neste trabalho, apresenta-se a experiência do Plano de Desenvolvimento Regional Integrado do Sudoeste do Paraná (PDRI), como exemplo de articulação endógena realizada na região sudoeste do Estado do Paraná.

O recorte territorial adotado pelo PDRI é o mesmo definido pela Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná (AMSOP, 2016) e pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2016). Conforme estes critérios, a área total da região é de 17.060,444 km², composta por 42 municípios e com uma população de 585.696 habitantes, segundo o último levantamento censitário de 2010 (IBGE, 2010; IPARDES, 2016). Apesar de ser considerada uma região agrícola, possui importante concentração de ativos tecnológicos e empresariais, principalmente, nos municípios de Pato Branco, Francisco Beltrão, Dois Vizinhos e Chopinzinho (GONZÁLES OSÓRIO; CÂNDIDO; LABIAK JÚNIOR, 2007).

Figura 1 - Mapa do Paraná e o sudoeste



Fonte: Adaptado de Gonzáles Osório, Cândido e Labiak (2007, p. 32).

A região sudoeste paranaense possui uma estrutura favorável ao processo de desenvolvimento endógeno, tendo em vista o capital social existente, constituído a partir de sua histórica e tradicional organização social e política, que valoriza suas

características sócio culturais e sustenta a dinâmica de seus principais segmentos econômicos setoriais: agrícola, eletroeletrônico, moveleiro, metal mecânico, vestuário e tecnologias da informação (AGÊNCIA, 2013).

Neste contexto, a proposta do PDRI, ocorreu no ano de 2011, como iniciativa de atores locais articulados em torno de uma Visão de Futuro¹: “melhorar a qualidade de vida no Sudoeste do Paraná, garantindo que 60% dos Municípios atinjam alto índice de desenvolvimento até o ano de 2020” (AGÊNCIA, 2013):

Para mensurar a evolução dos municípios do Sudoeste, o PDRI estabeleceu três indicadores para parametrizar o alto índice de desenvolvimento: Índice de Desenvolvimento Municipal (IFDM/FIRJAN), Índice de Gestão Fiscal (IFGF/FIRJAN) e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) (AGÊNCIA, 2013).

As entidades responsáveis pela elaboração do PDRI em 2011, foram: Agência de Desenvolvimento Regional do Sudoeste do Paraná (AGÊNCIA), Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná (AMSOP), que contaram com a participação do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná (SEBRAE-PR), Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) e Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Sudoeste do Paraná (CACISPAR).

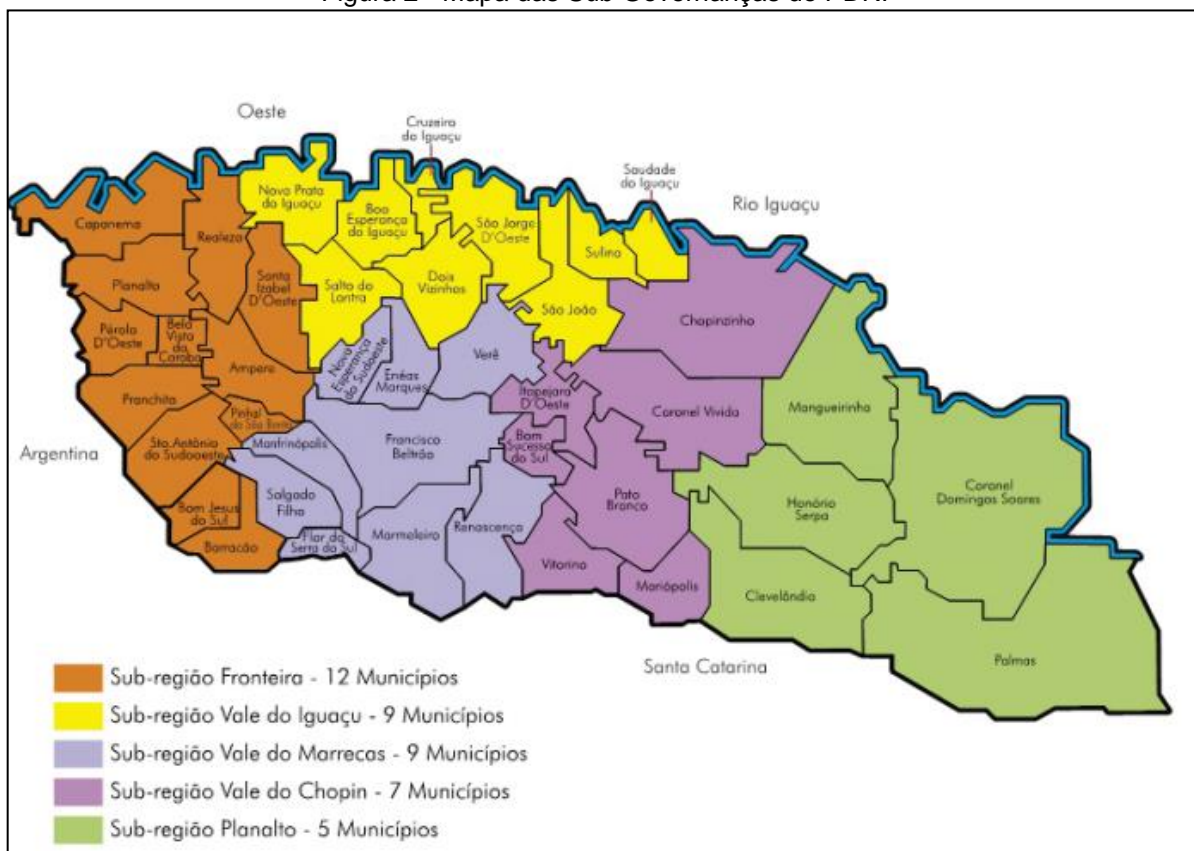
A Instância Regional da governança do PDRI conta com um colegiado de 57 instituições públicas e privadas, representantes de todos os setores da economia, do meio acadêmico e do terceiro setor, porém, oferece espaço para “para que todos os segmentos da sociedade Sudoestina tenham a possibilidade de se manifestar e participar ativamente do processo de construção do desenvolvimento regional” (AGÊNCIA, 2015, p. 23).

Conforme previsto no plano estratégico já estão sendo implementadas as governanças locais/sub-regionais, para deliberações e encaminhamentos relativos as necessidades dos municípios componentes da respectiva abrangência:

São cinco as instâncias de governança sub-regional: **Fronteira** – 12 municípios, **Vale do Iguaçu** – 9 municípios, **Vale do Marrecas** – 9 municípios, **Vale do Chopin** – 7 municípios e **Planalto** – 5 municípios. A composição, estrutura e funcionamento das Instâncias Sub-regiões seguem a mesma formatação da Instância Regional (AGÊNCIA, 2015).

¹Para parametrizar a Visão de Futuro do PDRI, o índice de desenvolvimento municipal e índice de gestão fiscal (IFGF / FIRJAN) serão a base da análise constante (anual) da evolução dos municípios do Sudoeste, por meio de painel de monitoramento de Indicadores do PDRI (AGÊNCIA, 2013, p.14).

Figura 2 - Mapa das Sub Governanças do PDRI



Fonte: AGÊNCIA (2013)

Na elaboração do planejamento estratégico do PDRI, foram utilizados os conceitos de desenvolvimento territorial, com a finalidade de tornar o plano, um elemento “aglutinador” e promotor de sinergia entre os agentes locais. Os organizadores, reconhecem a influência de Sarita Albagli (2004) e seus conceitos sobre territorialidade:

Os ensinamentos da professora Albagli, permitiram enxergar o Sudoeste vivamente como um território formado a partir de vários contextos e redes de relações sociais. Em sua maior parte, a ocupação do Sudoeste provém de migrantes catarinenses e gaúchos, porém é possível visualizar um Sudoeste mais antigo, formado a partir da ocupação dos campos de Palmas e Clevelândia (AGÊNCIA, 2013, p. 9).

Segundo Albagli (2004), as entidades que pretendem atuar com a articulação regional, visando o desenvolvimento local sustentável, deverão seguir os seguintes passos: (a) Identificação das unidades territoriais pertinentes; (b) Geração de conhecimento sobre o território; (c) promoção de sociabilidades; (d) reconhecimento e a valorização da territorialidade.

Utilizando como base esta orientação, o PDRI foi construído seguindo algumas etapas fundamentais e vem sendo articulado conforme a organização exposta a seguir: (1) sensibilização; (2) mobilização; (3) institucionalização; (4) formalização; (5) operacionalização; (6) planejamento de longo prazo; (7) monitoramento (AGÊNCIA, 2013).

Portanto, o diferencial deste plano está na sua principal característica de promover o desenvolvimento econômico, social, ambiental e institucional da região

sudoeste paranaense, através da integração de atores locais e uma governança participativa, que deverão atuar orientados em 4 eixos estruturantes: (1) Vocações Econômicas com cinco objetivos estratégicos priorizados; (2) Cultura e Desenvolvimento com dois objetivos estratégicos priorizados; (3) Infraestrutura com dois objetivos estratégicos priorizados; (4) Sociedade com seis objetivos estratégicos priorizados (AGÊNCIA, 2015).

Conforme os organizadores, o plano apresenta grupos temáticos multidisciplinares, para trabalhar especificamente cada uma das ações estratégicas elencadas como prioritárias dentro dos 4 eixos estruturantes: o primeiro grupo no eixo de vocações econômicas, está estudando as cadeias propulsivas da economia regional, conforme a metodologia do professor Paiva (2013); o segundo grupo no eixo sociedade, está tratando as questões sobre a qualidade da água, destinação de resíduos e energias renováveis; o terceiro grupo no eixo infraestrutura, estão discutindo junto às três esferas de governo, sobre questões ligadas a malha rodoviária e ao aeroporto para a região sudoeste paranaense (AGÊNCIA, 2015).

Analisando os conceitos referenciados e o exemplo exposto do PDRI, constata-se um importante alinhamento da teoria com a prática, como pode ser observado nos seguintes pontos:

- (1) os estudos preliminares para caracterização do território, assim como a orientação para a estruturação do plano de ação, possui grande influência de Albagli (2004);
- (2) a utilização do protagonismo endógeno como força motora para a implementação de projetos e estratégias de desenvolvimento regional, também pretende evitar as consequências negativas oriundas do processo tradicional de “cima para baixo”, que normalmente é alimentado pelo paradigma dominante (KUHN, 1991; BOISIER, 1993, 2001, 2004; AMARAL FILHO, 2001; GUIMARÃES, 2008; SANTOS, 2009; LEFF, 2011);
- (3) a formação de grupos de trabalho multidisciplinares, além de tratar da complexidade dos fatores envolvidos com a questão da sustentabilidade, também ajudará no processo de articulação das 57 instituições públicas e privadas envolvidas com a governança geral (SCHMITZ, 1997; MORIN, 2002; RAYNAUT, 2004; SACHS, 2007).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo antes do final do século XX, as mudanças paradigmáticas estavam prementes em vários campos e áreas do conhecimento científico, desde os debates entre a objetiva racionalidade da ciência moderna e a filosofia, passando pelas discussões epistemológicas entre o alinhamento das ciências naturais com as ciências sociais, até a urgente questão que trata do crescimento econômico e desenvolvimento sustentável.

O modelo capitalista atrelado ao fenômeno da globalização, possui uma característica paradoxal, na medida em que gera benefícios em termos de inovação tecnológica, mobilidade e informação, causa desigualdades sociais, esgotamento de recursos naturais e degradação ambiental, tornando-se, a principal causa da necessidade de sua própria mudança.

Porém, a natureza complexa inerente a diversidade de fatores envolvidos, sejam econômicos, ambientais, sociais, culturais e políticas, exige uma ampla visão multidisciplinar para seu efetivo estudo e tratamento. Somente a colaboração

interdisciplinar de especialistas de diversas áreas é que poderá dar conta deste complexo desafio.

O exemplo do Plano de Desenvolvimento Regional integrado do Sudoeste do Paraná (PDRI), demonstra a viabilidade da consecução de projetos regionais, através da mobilização dos atores locais, que atuando estrategicamente, de forma multidisciplinar e com uma governança alinhada com os objetivos da sociedade, consegue vislumbrar um futuro com melhor qualidade de vida aos seus cidadãos.

Diante do exposto, o exemplo discutido neste artigo possibilita ratificar que a proposta do desenvolvimento endógeno, baseada no protagonismo local de seus atores integrados e trabalhando de forma sinérgica, multidisciplinar e participativa em prol de estratégias territoriais visando alinhar suas necessidades e recursos disponíveis à própria realidade, consegue aliar o crescimento econômico com o desenvolvimento sustentável de uma região, ao mesmo tempo em que se coloca como alternativa viável para adequação do capitalismo global.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA. AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO SUDOESTE. PDRI; PORSCH, Paulo; CARRIJO, Rodrigo. **PDRI - Plano de Desenvolvimento Regional Integrado**: Uma jornada pelo desenvolvimento. Sudoeste/PR, 2013.

AGÊNCIA. AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO SUDOESTE. PDRI; PORSCH, Paulo; CARRIJO, Rodrigo. **PDRI - Plano de Desenvolvimento Regional Integrado**: Uma jornada pelo desenvolvimento - Plano Tático. Sudoeste/PR, 2015.

AMARAL FILHO, Jair do. **A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico e Local**. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, IPEA, n. 23, p. 261-286, jun. 2001.

AMSOP. Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná. Banco de Dados do Sudoeste do Paraná. Disponível em: <<http://www.amsop.com.br>> Acesso em: 03/08/2016.

ALBAGLI, S. **Territórios em Movimento**: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva/ Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília, DF.: SEBRAE, 2004.

BECATTINI, G. "Riflessioni sul Distretto Industriale Marshalliano come Concetto Socioeconomico" in Stato e Mercato, nº 25; 1989

BOISIER, S. **Desarrollo (local)**: ¿De qué estamos hablando? In: Madoery, Oscar e Vázquez Barquero, Antonio (Eds.), Transformaciones globales, Instituciones y Políticas de desarrollo local. Rosario: Editorial Homo Sapiens, 2001.

BOISIER, S. "**Desarrollo regional endógeno en Chile. ¿ Utopía o necesidad ?**", em *Ambiente y Desarrollo* , Vol. IX-2, CIPMA, Santiago de Chile. 1993.

BOISIER, S. **Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa preta e o projeto político**. Planejamento e Políticas Públicas. Nº 13, jun. 1996.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010>>. Acesso em: 05/08/2016.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. **O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas**. In: LASTRES, H. M. M; CASSIOLATO, J. E; MACIEL, M. L. (Orgs.). - Pequena Empresa: Cooperação e Desenvolvimento Local. Rio de Janeiro: Dumará, 2003.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

ESCOBAR, Arturo. **O lugar da natureza e a natureza do lugar**: globalização ou pós-desenvolvimento? En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005

GARCIA, Renato. Economias externas e vantagens competitivas dos produtores em sistemas locais de produção: as visões de Marshall, Krugman e Porter. **Ensaio FEE**, v. 27, n. 2, p. 301-324, out. 2006.

GONZÁLES OSÓRIO, H.; CÂNDIDO, R.; LABIAK JÚNIOR, S. **Sistema regional de inovação no sudoeste do Paraná**. Pato Branco: Sebrae-Reparte, 2007.

GUIMARÃES, Roberto P. Globalização, desigualdade e pobreza: a insustentabilidade socioambiental do “livre comércio”. **Revista de Ciências Sociais da PUC-RJ**, v. 2, 2008.

HADDAD, Paulo Roberto. **Um novo paradigma para a dinâmica capitalista - O Estado de São Paulo** – 2011.

HOUTART, François. **Dos bens comuns ao “bem comum da humanidade**. Fundação Rosa de Luxemburgo. Bruxelas; novembro, 2011.

KRUGMAN, Paul. **The Role of Geography in Development**. In: *Annual World Bank Conference on Development Economics*. Washington: The World Bank, 1998.

KUHN, Thomas. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

LEFF, Enrique. **Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental**. Olhar de Professor, Paraná - vol. 14, núm. 2, 2011, pp. 309-335.

MARINI, Marcos Junior; SILVA, Christian Luiz da; NASCIMENTO, Décio Estevão do; STRAUHS, Faimara do Rocio. Avaliação da contribuição de arranjos produtivos locais para o desenvolvimento local. Biblio 3W. **Revista Bibliográfica de Geografia**

y **Ciências Sociais**. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de octubre de 2012, Vol. XVII, nº 996.

MARSHALL, Alfred (1890). **Princípios de Economia** – Tratado Introdutório – Natura Non Facit Saltum – Volume I Título Original: Principles of Economics: An Introductory Volume I; Introdução de Ottolmy Strauch Tradução revista de Rômulo Almeida e Ottolmy Strauch. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MORIN, Edgar. **O Desafio da Complexidade**; in: MORIN, Edgar, Ciência com Consciência; 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel. **Fundamentos da Análise e do Planejamento de Economias Regionais**. Foz do Iguaçu; Editora Parque Itaipu. 2013

PORTER, Michael E. Clusters and the economics of competition. **Harvard Business Review**, nov-dec, Cambridge, p. 79-90, 1998.

PARANÁ. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES. **Perfil da Região Geográfica do Sudoeste Paranaense**. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=707&btOk=ok. Acesso em: 05/08/2016.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RAYNAUT, C. Meio Ambiente e Desenvolvimento: construindo um novo campo o saber apartir da perspectiva interdisciplinar. *Desenvolvimento e meio ambiente*, n. 10, p. 21-32, jul/dez. 2004.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Boaventura S. Globalizations. **Theory, Culture & Society**. Sage Publications, The TCS Centre, Nottingham Trent University, Nottingham, Inglaterra, v. 23, n. 2-3, p. 393-399, mai. 2006.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. In: *A crítica da razão indolente*. 5. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2008.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª. ed. 5. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SCHMITZ, H. Eficiência coletiva: caminho de crescimento para a indústria de pequeno porte. **Ensaio FEE**, v. 18, n. 2, p.164-200, 1997.

SCHWAB, Klaus. **The Fourth Industrial Revolution**. Kindle Edition Published January 11th 2016 by World Economic Forum.

SEN, Amartya. **Los Tontos Racionales**. In: Hahn, Frank e Martin, Hollis, eds., *Filosofía y Teoría Económica*, México, Fondo de Cultura Económica, 1986.

SINGER, Paul. Globalização positiva e globalização negativa: a diferença é o Estado. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 48, São Paulo - julho 1997, p. 39-65.

SUZIGAN, W.; FURTADO, J.; GARCIA, R. **Sistemas Locais de Produção: mapeamento, tipologia e sugestões de política**, ANPEC, 2003.

VARELLA, Sergio Ramalho Dantas; MEDEIROS, Jefferson B. S. de; SILVA JUNIOR, Mauro Tomaz. **O desenvolvimento da teoria da inovação schumpeteriana**. XXXII ENEGEP, Bento Gonçalves, RS, 2012.